CAPÍTULO 8

UMA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO JORNALISMO NA COBERTURA DA PASSEATA DOS CEM MIL

GUIMARÃES, Tayane Fernandes
VIEIRA, Michele Cruz

RESUMO: Este artigo analisa como o jornalismo tradicional noticiou a maior manifestação popular de 1968 no Rio de Janeiro, posteriormente, nomeada como a Passeata dos Cem Mil. O ano de 1968 é o marco do endurecimento da ditadura militar, instaurada no país desde o Golpe de 64. Como o tema principal deste estudo é ligado diretamente à conjuntura nacional e internacional, a contextualização aborda o cenário político, social e cultural da época e o ideário revolucionário que se espalhou pelo mundo. O jornalismo impresso era a principal forma de comunicação, tornando-se um indiscutível atuante político e formador de opinião. Nesse sentido, este trabalho faz a análise das edições dos principais jornais da época, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, para entender como o jornalismo pode causar interferências na construção da história.
Palavras-chave: Jornalismo Tradicional; Ditadura Militar no Brasil; Construção social dos acontecimentos.

ABSTRACT: This paper examines how traditional journalism reported the greatest popular manifestation of 1968 in Rio de Janeiro, later named as the Passeata dos Cem Mil. The year of 1968 is the mark of the hardening of the military dictatorship, established in the country since the Golpe de 64. As the main theme of this study is linked directly to the national and international context, contextualization addresses the political, social and cultural scene of the time and the revolutionary ideology that has spread throughout the world. The print journalism was the main form of communication, becoming an undisputed political actor and opinion-maker. Therefore, this work makes the analysis of issues of the main newspapers of the time, O Globo e Jornal do Brasil, to understand how journalism can cause interference in the construction of history.
Keyword: Traditional Journalism; Military Dictatorship in Brazil; Social construction of events.

1. Introdução

A comemoração do cinquentenário da Passeata dos Cem Mil, ocorrida no dia 26 de junho de 1968 no centro do Rio de Janeiro, não se trata apenas de uma recordação de teor nostálgico. A data, em si, carrega simbolicamente o poder dos movimentos sociais em se perpetuar na história. Meio século depois, a manifestação popular retoma discussões sobre o momento em que o país se encontrava - a ditadura militar -, as estratégias que colocaram em xeque a democracia, a importância da mobilização social e, principalmente, como a grande mídia jornalística noticiou os episódios.

Foi um período delicado para o Brasil. Após um intenso processo de evolução social, política e cultural desde a década de 50, o Golpe de 64 veio na contramão de todos os avanços conquistados pela sociedade. O regime militar exilou, torturou e matou pessoas, omitiu a real situação econômica do país, censurou as artes e os jornais, espalhou teorias enganosas sobre a oposição e tudo na tentativa de silenciar qualquer ato que esboçasse alguma crítica contra o governo. A questão é que os militares usufruíram da campanha anticomunista para tomar e se manter no poder, fazendo com que qualquer posição contrária fosse demonizada como comunista, crime a segurança nacional e subversivo.

O objetivo geral deste artigo é evidenciar como o jornalismo interfere na representação da realidade, afetando, assim, a construção da história. Para alcançar esta meta, foi a realizada uma análise dos principais jornais da década: *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Ambos jornais representavam as maiores vendagens e anos de tradição. As edições do dia 26, 27 e 28 de junho de 1968 de cada um foram recuperadas e analisadas.

Imparcialidade, veracidade dos fatos, textos opinativos, seleção dos acontecimentos e ponto de vista sobre a realidade são alguns dos itens avaliados.

2. Contextualização histórica

A década de 50 até início da década de 60, para Hollanda (1982), foi o período em que o Brasil estava "irreconhecivelmente inteligente". Havia, naquela época, uma intensa movimentação na vida dos brasileiros. Assuntos como política externa independente, reformas estruturais, liberação nacional, combate ao imperialismo e o latifundiário estavam sendo debatido por uma sociedade antes marcada pelo autoritarismo e pela colonização.

As ideias não ficavam mais apenas na teoria e, assim, alterações importantes estavam começando a surgir. Hollanda (1982) menciona algumas delas. O primeiro passo foi a conquista de um novo vocabulário independente, que, segundo a autora, era um feito inegavelmente avançado para uma sociedade assombrada pelo fantasma da imaturidade de seu povo. Simbolicamente, esse momento marcava o início da nova expressão da movimentação na vida brasileira

Outra mudança mencionada foi o movimento operário nas grandes cidades, que crescia desde o início da década de 50. Este episódio, para Hollanda (1982, p.8), "levava adiante um vigoroso processo de lutas, expelindo velhos pelegos do Estado Novo e fortalecendo seus mecanismos de reivindicações econômica e pressão política". Enquanto eram articulados pactos sindicais, nasciam organizações trabalhistas com objetivo de unificar forças.

Os atos, entretanto, não se concentravam apenas nos centros urbanos. No campo o movimento da Liga dos Camponeses avançava, repercutindo por todo o país. A sindicalização rural foi ampliada e, em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas. Consequentemente, frente a tantas conquistas, a Reforma Agrária voltou a fazer parte dos debates políticos.

A classe média também estava engajada em movimentos sociais de amplos setores, pois havia um certo receio sobre a instabilidade econômica. "Estudantes e intelectuais assumiam posições favoráveis às reformas estruturais, desenvolvendo uma intensa atividade de militância política e cultural" (HOLLANDA, 1982, p.9). Somado a isto, a União Nacional dos Estudantes (UNE) funcionava em plena legalidade. Com fácil acesso às instâncias do poder, eram debatidas questões nacionais e as perspectivas de transformações que mobilizavam o país.

Com o fortalecimento da UNE, surgia o primeiro Centro Popular de Cultura (CPC), no Rio de Janeiro em 1961 e, logo, se espalhariam por todo país. Para Hollanda (1982), as CPCs ajudaram na construção de uma cultura "nacional, popular e democrática". Seu objetivo era desenvolver atividade conscientizadora junto às classes populares através de peças nas portas das fábricas, nas favelas e nos sindicatos e por publicações de cadernos de poesia a preços populares. Os estudantes queriam contato direto com as massas por meio do que eles chamavam de "arte revolucionária".

No campo político, Getúlio Vargas na presidência emancipava as forças nacionalistas e populistas, que, por sua vez, favoreciam as esquerdas, notadamente o Partido Comunista (PCB). No governo de Goulart, o PCB continuou permitindo a abertura para o debate de revolução democrática e anti-imperialista. Para Hollanda (1982), o início dos anos 60 foi o momento no qual as "forças progressistas" estiveram mais próximas do poder políticos. Ainda assim, em maio de 1968, o General Humberto de Alencar Castello Branco assume a presidência do país, deixando intelectuais de esquerda incrédulos.

Esta repentina reviravolta pode ser entendida graças as influências dos acontecimentos internacionais da época. Hobsbawm (1994) chama atenção para a Guerra Fria que estava em seu ápice e que mudou ideologicamente a organização de quase todos os países no mundo. Os EUA, tido como defensor do capitalismo, conservadorismo e moralismo, partiram na defesa contra o "perigo comunista". Para isso, os norte-americanos disponibilizaram ajuda econômica, produziram propaganda ideológica e, se preciso, apoiavam subversão militar - oficial ou não - negociando alianças com o regime local ou comprado.

Intervenção internacionais como esta, para Hobsbawm (1994), foram as responsáveis por manter os países do Terceiro Mundo como uma zona de guerra. Ao mesmo tempo em que o Terceiro Mundo "se tornava o pilar central da esperança e fé dos que ainda acreditavam na revolução social", golpes militares eram instaurados - e apoiados por políticas internacionais - na tentativa de suprir e impedir qualquer revolução ou conflito armado interno.

Desta forma, em meio ao terror e propagandas anticomunistas, o Brasil, país cuja sociedade é fortemente influenciável por costumes externos desde sua expansão capitalista, foi um dos territórios que foram vítima das estratégias norte-americanas em relação à Guerra Fria. Hollanda (1982) conta como o comunismo foi incorporado pelas famílias de zelo cívico-religioso como uma ameaça aos costumes familiares e como tal temor afetou o país:

> De uma hora para outra, o discurso progressista e revolucionário ficava emudecido pelo alarido conservador, pela voz da Ordem, da Moralidade, da Pátria, da Família, das Tradições-mais-caras-ao-nos- so-povo. Surpresa e perplexidade tomava conta de intelectuais e militantes. Passava-se da euforia à dúvida, da ofensiva ao recuo. (HOLLANDA, 1982, p.12)

Incapaz de resolver a crise - agravada pelos jodo de interesses de diversas classes - e com a ausência de uma resistência organizada, o governo de João Goulart cedeu terreno e abriu caminho para o regime militar. Segundo a autora, o golpe de 1964 trouxe consigo a reordenação e o estreitamento dos laços de dependência, a intensificação do processo de modernização, a racionalização institucional e a regulação autoritária das relações entre as classes e grupos, além da violência e censura.

Entretanto, para Hollanda (1982, p.20), "o período populistas- desenvolvimentista (1945-1964), havia permitido que viesse à tona uma geração extremamente sensibilizada pelas questões sociais do desenvolvimento e de emancipação nacional". A presença de uma elite culta, "de esquerda" e empenhada na produção cultural representaria um confronto direto com a Ditadura Militar. Dessa forma, o campo intelectual somado às questões

propriamente políticas dos movimentos sociais desempenharam, para a autora, o papel de "foco de resistência" contra o regime.

3. Imprensa alternativa e tradicional

A imprensa sempre teve relação estreita com a política, mas passou por dificuldades na década de 60. O regime militar, instaurado no início de 1964, afetou diretamente as publicações dos periódicos, pois, segundo Barbosa (2007), a censura política produziu drásticas alterações no conteúdo dos jornais diários, uma vez que tiveram que abandonar gradativamente a objetividade, imparcialidade e veracidade das informações.

O autoritarismo passou a determinar e controlar muito do que era veiculado pelos meios de comunicação, principalmente os impressos, visando satisfazer os interesses do governo. Segundo Barbosa (2007), começava, assim, um período dramático, pois muitos dos processos decisórios para o país não chegavam ao conhecimento do restante da população. Mudanças essenciais na política econômica, internacionalização da economia, política salarial, fiscal e agrícola, por exemplo, eram pautas censuradas pelos militares.

Em um cenário onde a imprensa é uma formadora de opinião e desempenha papel decisivo na construção do debate político, silenciá-la significa a exclusão do cidadão como ator político, uma vez que não haverá a indução de pensamento, nem a divulgação dos acontecimentos. O Golpe de 64, o qual foi marcado pela destituição do presidente Goulart, foi o pontapé inicial para as reviravoltas dentro das redações dos jornais.

A troca de lado da imprensa se deu justamente entre os anos de 1964 e 1968, quando, segundo Barbosa (2007), as redações estavam sendo vítima de um algoz censor por parte dos militares. A censura agia por meio de telefonemas, bilhetes encaminhados às redações ou, em casos quando o jornal se recusava a aceitar as ordens, por meio da censura prévia. Neste último caso, censores (militares) se instalaram nas redações e eram encarregados de vetar, integral ou parcialmente, as matérias antes da sua publicação. O governo justificava a ação afirmando que não seriam toleradas veiculações contra à moral e os bons costumes e aquelas que pudessem pôr em risco a segurança nacional.

Foi após a edição do AI-5 (1968) que a ação da censura é mais contundente. Durante a presidência de Castelo Branco (1964-1967) a violência contra redações e jornalistas se verificavam em certas ocasiões, fora dos grandes centros. No entanto, já no período de Costa e Silva (1967-1969), a situação se agravou:

> Repórteres e fotógrafos eram caçados, ameaçados ou agredidos em via pública pelos belequins, quando cumpriram a missão. [...] E culminaram essa façanha na hora em que, através do ofício do CONTEL, o Governo retirou do ar a Rádio Jornal do Brasil, porque esta emissora realizava a tarefa normal e natural de qualquer órgão de imprensa, isto é, informar e relatar os acontecimentos. (CORREIO DO AMANHÃ, 5 de abril de 1968, p.1)

Barbosa (2007) enumera quantos jornais foram vítimas da censura com a instalação do AI-5: Tribuna da Imprensa é ocupada por censores militares; Jornal do Brasil é colocado sob censura prévia em dezembro de 1968 e janeiro de 1969; Estado de São Paulo e Jornal da Tarde têm suas edições apreendidas pela polícia; proprietária

do Correio da Manhã, Niomar Muniz Sondré Bittencourt, é presa, ficando 23 dias em regime de incomunicabilidade; em 1969, Correio da Manhã foi arrendado por cinco anos, o qual deixaria de circular em 1974.

As ações do regime autoritário desencadearam o medo da censura prévia em jornais e jornalistas. A maioria dos periódicos tradicionais curvaram-se as ordens superiores, introjetando um discurso proibitivo. Para Kucinski (2002), "a falta de regras claras para a aplicação de censura prévia leva os jornais a adotarem cada vez mais a autocensura". Ou seja, na tentativa de se proteger contra a ditadura, as veiculações passaram a fazer o controle antecipado e voluntário das informações. A prática da autocensura, estimulada por atos isolados da censura militar, determinou o padrão de controle das publicações durante os dezessete anos da ditadura militar.

Houve também, segundo Barbosa (2007), aqueles que procuravam benesses por meio de troca de interesses. Donos de jornais pediam favores, assim como o governo telefonava pedindo a divulgação de certas notícias. Isto porque, os meios de comunicação ainda eram fundamentais para a construção de um Brasil que só existia no discurso ideológico. Em meio a esta conjuntura, redações eram fechadas ou controladas pelo sistema.

Ainda que a realidade parecesse desanimadora para os jornalistas da época, havia a existência de jornais que lutavam em defesa do interesse do público e pela construção real da história. Jornalistas da época aproveitavam as "brechas" para divulgar o que desejavam. Enquanto alguns dos periódicos tradicionais adotavam a autocensura como solução cômoda, surgia a imprensa alternativa, a qual negava qualquer política dominante e que veio a se tornar a principal estratégia para a resistência e oposição à Ditadura Militar.

"Os jornais alternativos tornaram-se pivô das lutas intestinas do regime" (KUCINSKI, 2002, p. 5). Isto porque, ainda segundo o autor, a imprensa alternativa surgiu da articulação do desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e da busca por espaços alternativos que fugissem da grande imprensa e das universidades. Esta reação foi oposta ao sistema representado pelo regime militar e as limitações à produção intelectual-jornalística, que era mantida sobre forte autoritarismo.

> Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológico-cultural. (KUCINSKI, 2002, p. 7)

O que caracterizava os alternativos, para Kucinski (2002), era justamente o combate político-ideológico à ditadura, a tradição de lutas por mudanças estruturais e a crítica ortodoxa ao capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais o regime era visto como uma representação. Além disso, também procuravam montar um conselho editorial composto por personalidades de prestígio na tentativa de legitimar a linha editorial, ampliar sua base de sustentação e identificá-los com correntes expressivas de opinião.

Para alcançar sua legitimidade e seu lugar no mercado de informação, para Kucinski (2002), a imprensa alternativa era liderada por jornalistas - em sua maioria ansiosos por se libertarem das restrições da grande imprensa e um episódio específico de fechamento de espaços -, intelectuais e ativistas de diversos partidos

clandestinos. Já a colaboração era voluntária, vinda de militantes políticos, do dinheiro e das matérias feitas por jornalistas que continuavam na imprensa tradicional ou de artistas que organizavam shows para angariar recursos.

No entanto, mesmo possuindo equipes e apoiadores devotos à causa, o modelo ético-político, presente em alguns jornais alternativos, de repúdio ao lucro e até o desprezo por questões administrativas, organizacionais e comerciais enfraquecia sua existência. Para Kucinski (2002), "a insistência numa distribuição nacional antieconômica, a incapacidade de formar bases grandes de leitores assinantes, certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura" contribuíram para que a formação "provisória, frágil e vulnerável" dos alternativos.

Além disso, como uma das bases apoiadoras dos jornais vinha de partidos clandestinos, o ativismo político acabou se impondo e causando divergências internas. "Na cultura política de cada partido a ainda predominava a concepção leninista que entendia o jornal como instrumento de partido" (KUCINSKI, 2002, p.13). Sendo assim, cada grupo procurava ganhar posições da frente jornalística, iniciando uma verdadeira luta pelo poder, mesmo contradizendo o contrato social explícito dos jornais e seus mecanismos de democracia.

Estes fatos provam que o fim dos alternativos não está ligado somente com o regime militar - mais estritamente, a censura. Na verdade, foi o contrário. "Os jornais faziam parte da lógica da ditadura. Sua única razão de existir era a Resistência" (KUCINSKI 2002, p.12). A diminuição do autoritarismo e a consequente abertura da democracia e da livre expressão causaram a diminuição da atividade alternativa. As dificuldades geradas pela censura causavam crises dentro dos jornais, no entanto, raramente foram responsáveis por seu fechamento.

> Efetivamente, com a abertura, a grande imprensa não foi só recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e recontratando muitos dos seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa. Além disso, a retomada da atividade política clássica, no âmbito dos partidos e de seus jornais, que após a decretação da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço de realização sociopolítica. (KUCINSKI, 2002, p.12)

"A ditadura, entretanto, não foi a única razão de ser da imprensa alternativa. Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo" (KUCINSKI, 2002, p.12). É certo que os alternativos surgiram como resposta ao Golpe de 64. Enfraqueceram e voltaram em 1968, acumulando força como uma comunicação de resistência até 1978 - justamente o período entre AI-5 e a anistia. Para Kucinski (2002), as passeatas estudantis, maio de 68 em Paris e os protestos contra a guerra do Vietnã criaram um espaço público no qual impulsionou a criação de novas articulações do jornalismo alternativo. A partir desse momento, deu-se origem a uma das fases mais ricas, protagonizada pelo *Opinião* e *O Pasquim*. Eles simbolizaram mais do que um ato revolucionário e sim um espaço para interação.

> Nos períodos de maior depressão das esquerdas e dos intelectuais, cada jornal funcionava como ponto de encontro espiritual, como pólo virtual de agregação no ambiente hostil e desagregador da ditadura. [...] Conforme um raciocínio original de Elizabeth Fox, a imprensa alternativa pode até mesmo ser definida como uma forma de enfrentar a solidão, a atomização e o isolamento em ambiente autoritário. Daí a excepcional afetividade coletiva despertada por Pif-Paf em 1964, por O Pasquim,

> Opinião e Bondinho após o AI-5, e o apoio recebido de inúmeros jornalistas que permaneceram na grande imprensa. Os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo. (KUCINSKI, 2002, p.10)

Enquanto a imprensa alternativa era protagonista nas lutas contra o regime, os jornais tradicionais desempenharam um papel similar desde o início do golpe militar em 64. "A imprensa quase de forma unânime (a exceção representativa é do jornal *Última Hora*), dá vivas à ação dos militares, afirmando, em inflamados editorias, a legitimidade do movimento" (BARBOSA, 2007, p.184). O fato é agravado, ainda segundo a autora, quando se entende que os periódicos induzem o pensar dos leitores como atuantes políticos. Os jornais se auto instituem como único produtor de sentido para cena política, não abrindo espaço para diálogo.

> Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? (CORREIO DO AMANHÃ, 31 de março de 1964)

> A população de Copacabana saiu às ruas, em verdadeiro carnaval, saudando as tropas do Exército. Chuva de papéis picados caíam das janelas dos edifícios enquanto o povo dava vazão, nas ruas, ao seu contentamento. (O DIA, 2 de abril de 1964)

> Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder com imperativo de legítima vontade popular o sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas- sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o sr. João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu. (TRIBUNA DA IMPRENSA, 2 de abril de 1964)

Aqui, entretanto, serão pautadas as atuações dentro da esfera política, os posicionamentos - ou falta deles - e discursos de reconstrução da realidade dos jornais O Globo e Jornal do Brasil. Ambos jornais colecionavam décadas de história e tradição, eram reconhecidos já naquele tempo como veículos consagrados e donos de uma alta vendagem, mas que, segundo Barbosa (2007), eram envolvidos com grupos de interesse que lhes davam sustentação e ajudavam a preparar o clima sociopolítico, na tentativa de legitimar a intervenção em curso.

É fato que a algoz censura do regime teve participação direta na manipulação e no silenciamento das informações - agravado após o decreto da lei AI-5. No entanto, para Barbosa (2007) "há jornais e revistas que realizam a autocensura de modo a merecer até elogios das autoridades. Optaram pela autocensura como solução cômoda". Este foi o caso do jornal O Globo, pois, segundo Kucinski (2002), eles usaram seu padrão de persuasão ideológica dominante para apoiar um Estado autoritário que, por sua vez, defenderia seus interesses de proprietários.

O jornal O Globo foi fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho. No início na década de 50, já chefiado pelo seu filho Roberto Marinho, o veículo posicionou-se politicamente ao lado da camada mais conservadora da sociedade, contra o governo de Getúlio Vargas. Seguiu sua linha ideológica, ao criticar incisivamente os presidentes seguintes, Jânio Quadros e João Goulart. Segundo Magnolo e Pereira (2016), "O Globo sempre tendeu para o lado conservador, seguindo também o tradicionalismo católico". Com valores nitidamente de extrema direita e embasados pela justificativa do medo ao comunismo, o jornal apoiou àqueles que queria tirar Goulart da Presidência, assim como fizeram com Vargas.

> Viva a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independente da vinculação política, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graça a decisão e o heroísmo das Forças Armadas [...] o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários a sua vocação e tradições. (O GLOBO, 2 de abril de 1964, p.1)

Ainda para Magnolo e Pereira (2016), o veículo queria se reafirmar como defensor dos interesses da nação e do povo brasileiro, enquanto, na verdade, reconstruía a realidade de acordo com seus interesses, tentando induzir os leitores a formarem uma opinião que beneficiasse o próprio jornal. Ou seja, na prática, o intuito era aproximar a opinião pública de maneira favorável ao golpe, pois além dos militares representarem seus valores, havia acordos comerciais e financeiros por trás da linha editorial. Assim, para Barbosa (2007, p.190) "havia censura da polícia e aquela que era feita através da troca de favores".

> Nos anos 1970, as Organizações Globo eram, na prática, a empresa de comunicação do regime. Vários pesquisadores afirmam que os governos militares não apenas investiram na expansão da sua rede, como também lhe concederam privilégios, como o de receber publicidade institucional. Quando se diz que Roberto Marinho foi beneficiado com a ditadura, as Organizações Globo defendem-se citando as concessões obtidas fora do governo militar e esquivando-se da facilidade que tinham em conseguir equipamentos importados, do êxito na expansão tecnológica de seus negócios e liderança alcançada no jornal, rádio e TV graças à vantagem que esses recursos (financeiros e tecnológicos) que lhes proporcionavam (COSTA, 2015, p.88).

Já o Jornal do Brasil não possuía os mesmos interesses que seu concorrente, porém, pouco tempo antes do golpe de 64, o então chefe de reportagem Jaime Negreiros, tido, para Ribeiro (2016), como "grande jornalista, socialista e muito puro", havia pedido demissão. A justificativa dada foi que editorialmente o jornal havia ficado a favor do golpe. O veículo passou a ser chefiado por Luiz Orlando Carneiro, que, em 1965, ganhou o Prêmio Esso Equipe pela matéria "Revolução de 31 de março". O novo chefe, ainda segundo a autora, não acreditava no golpe, mas sim no Movimento Militar de 64 que almejava tirar João Goulart, do poder na tentativa de salvar o Brasil do comunismo.

> A primeira página do Jornal do Brasil do dia 31 de março, até mesmo na foto, a de um Jango de dentes arreganhados, trucidava o presidente. Em meio a notícias sobre a

> crise da Marinha, deflagrada pela sublevação dos fuzileiros que apoiavam o governo, efeitos nefastos no escalonamento da dívida externa e a preparação de uma greve pela Confederação dos Trabalhadores, um editorial extra, em itálico, sob o título "Reincidência", criticava duramente a ida de Jango ao encontro dos sargentos. (RIBEIRO, 2016, p.59)

A edição que publicou a matéria premiada foi feita em uma noite virada, pois a redação do Jornal do Brasil havia sido invadida pelos fuzileiros e atrapalhado a produção. A invasão não foi a primeira e nem seria a última. O JB surgiu em 1891 com o intuito de defender a Monarquia, entretanto era favorável à República, na qual o Brasil vivia seus primeiros anos. Em 1893 o jornal foi fechado após publicar uma série de críticas ao governo do marechal Floriano Peixoto e por ser o único veículo a noticiar quando o presidente decretou estado de sítio - suspensão dos poderes legislativo e judiciário. Passado um ano fechado, o Jornal do Brasil voltou a circular com a proclamação da República.

A nova versão do periódico seria voltada para as classes sociais mais baixas e logo prosperou. Passou por modernizações, novas invasões e outro fechamento, desta vez por quatro meses, durante o governo de Getúlio Vargas. O jornal mantinha sua independência graças aos classificados. A grande reestruturação do JB viria em 1956. Com o objetivo de conservar seu pioneirismo, houve tanto reforma editorial e gráfica quanto na empresa, em seu funcionamento, no método de trabalho e no perfil dos funcionários. As mudanças transformaram o perfil diário e revolucionou a concepção de jornalismo no país.

Doze anos depois, em 1968, a redação teria que repensar sua forma de produzir matérias, mas dessa vez não por reformas e nem por vontade própria. Em 13 de dezembro - a essa altura o jornal já havia expressado oposições ao regime -, o editor-chefe Alberto Dines, acompanhado por representantes da censura, teve que aceitar cumprir, segundo Ribeiro (2016), o mais terrível ato, o Ato Institucional nº 5. O que os militares não sabiam é que muitas das edições eram trocadas nas oficinas após passar pelos censores. Matérias de destaque - proibidas pela censura - eram publicadas em outra parte do jornal e, até mesmo, o espaço reservado para informar o clima serviu de espaço para resistência, como foi a edição nº 14.

Nem todas as tentativas de burlar o sistema deram certo. O Jornal do Brasil foi posto sob censura prévia de dezembro de 1968 até janeiro de 1969, edições foram apreendidas, Dines foi pego e torturado pelos militares, além problemas internos com a autocensura. Foi justamente o conjunto desses episódios de tortura, a forte repressão e a autocensura que culminaram no alto grau de obediência à censura por parte da imprensa tradicional.

> O movimento generalizado da autocensura na grande imprensa, do qual participam, no nosso entender, não apenas os proprietários dos jornais, mas também os jornalistas, mostra que há um altíssimo grau de adesão dos meios de comunicação. A imprensa foi complacente ou ignorou a sistemática ação repressora, que resultou na morte de milhares de pessoas nas dependências militares do regime. Construiu também em uníssono o discurso que destacava os "milagres" econômicos do período e negava o empobrecimento da população. Amplificou também as glórias esportivas como se fosse de toda população. (BARBOSA, 2007, p.195)

Dessa forma, conclui-se que em vez dos jornais tradicionais se unirem a favor do papel da imprensa como um lugar de exercício da liberdade, trabalharam ao lado da ditadura militar por interesses financeiros ou mercadológicos, por trocas de favores, pela defesa de seus valores e vencidos pelo medo. O que ressalta a gravidade da situação é que, na época, foram responsáveis por direcionar a opinião do país, já que funcionavam como atores políticos. "É preciso lembrar que os jornais, em 1968, eram os veículos de prestígio, onde se buscavam a verdade, a consolidação dos fatos, a opinião, o posicionamento político" (RIBEIRO, 2016, p.32). A atuação, portanto, foi complacente ao regime e contrária ao povo.

4. Análise da cobertura jornalística sobre a Passeata dos Cem Mil

O ano de 1968, para Kurlansky (2004, p.13), foi "uma combustão espontânea de espíritos rebeldes no mundo inteiro". Em um mundo onde países e culturas ainda eram distantes socialmente, tornou-se comum o desejo de se rebelar contra qualquer forma de autoritarismo. Houve quatro fatores históricos que, segundo o autor, ajudaram na criação de 68: o exemplo do movimento pelos direitos civis, na ocasião, era tão novo e original; uma geração que se sentia tão diferentes e tão alienada a ponto de rejeitar todas as formas de autoridade; uma guerra tão universalmente odiada, no mundo inteiro, a ponto de fornecer uma causa para todos os rebeldes que buscavam uma; e tudo isso ocorrendo num momento em que a televisão amadurecia.

Sendo assim, manifestações estudantis se espalharam por várias partes do globo. Estados Unidos, Polônia, Iugoslávia, México, Uruguai, Chile, Argentina, Colômbia foram palco de revoluções. Entretanto, um dos movimentos mais conhecidos e temidos pelos governos autoritários da época foram os da França, conhecidos como *Maio de 68* em Paris. Um exemplo foi quando, segundo Ventura (1988), o presidente Costa e Silva declarou "enquanto eu estiver aqui, não permitirei que o Rio se transforme em uma nova Paris". O governo estava preocupado com a possibilidade de se repetir o maio francês no Brasil.

No entanto, ao contrário dos jovens franceses, no território brasileiro não se lutava contra os excessos de uma sociedade rica e burguesa, mas contra uma ditadura militar. Para Zappa e Soto (2008), os ideais revolucionários do ano de 1968 se formaram no início da década de 50 e final de 60, quando os questionamentos e as inquietações preparavam o terreno. "1968 cristalizou-se como um ponto culminante de um movimento da sociedade, como uma onda que finalmente quebrava na praia" (ZAPPA e SOTO, 2008, p. 311). Ainda assim, o que motivou a organização da Passeata dos Cem Mil foram dois episódios em especial: a morte do estudante Edson Luís e a Sexta-feira sangrenta.

"Em 68, a morte de alguém, mesmo a de um jovem desconhecido, podia levar o país à uma crise e o povo à indignação, como levou naquela sexta-feira, 29, em que 50 mil pessoas acompanharam o corpo de Édson Luís" (VENTURA. 1988, p.64). Dia 28 de março de 1968 era mais um dia de lutas para resistência. Uma passeata-relâmpago se organizou para protestar o fechamento do restaurante Calabouço, onde Édson Luís e outros estudantes faziam suas refeições devido ao baixo custo. Entretanto, o então governador Negrão de Lima temia o lugar por ser, segundo ele e as autoridades, um ponto das organizações estudantis e, portanto, uma ameaça à segurança nacional.

O que os estudantes não esperavam, entretanto, era o nível de repressão da polícia militar. O confronto, antes protagonizado por cassetetes, paus e pedras, dessa vez foi marcado por armas de fogo. Umas das balas encontrou o peito de Édson Luís. Segundo Ventura (1988), o cartunista Ziraldo presenciou o ocorrido: “neste momento, eu vi um policial, em posição característica de tiro, saindo da galeria e alguém caindo. Já era noite, o que impediu que as testemunhas vissem que o tiro saía do revólver do aspirante da PM Aloísio Raposo”.

A morte se tornou pública por meio da comunicação entre os estudantes e pelas chamadas das rádios e dos canais de TV. Quando amanheceu, no dia 29, para Ventura (1988), ninguém esperava a manifestação política pacífica que marcaria a história do Rio de Janeiro. Ainda segundo o autor, para o líder do grupo estudantil da Passeata do Cem Mil, Vladimir Palmeira, a cerimônia de enterro do estudante "foi o espetáculo mais impressionante que eu vi em minha vida”.

> Duas horas antes do enterro, a Cinelândia já estava totalmente ocupada. As faixas, cartazes e *slogans* eram exibidos ou gritados: "Bala mata a fome?", "Os velhos no poder, os jovens no caixão". Uma palavra de ordem se destacava pelo irresistível apelo: "Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?" Às 16 horas, o padre Vicente Adama encomendou o corpo: "Depois desses acontecimentos", ele disse, "não há mais possibilidade de diálogo entre jovens e adultos. Será preciso uma nova fórmula para resolver esse estado de coisas." Às 16h 5min, o caixão descia as escadarias da Assembléia carregado pelos estudantes e pelos deputados estaduais Ciro Kurtz, Alberto Rajão e Fabiano Villanova. Durante mais de duas horas o cortejo percorreu os seis quilômetros que levam do centro da cidade ao cemitério São João Batista, em Botafogo. Lenços brancos eram acenados e flores jogadas dos edifícios. [...] Nas janelas dos edifícios, em diferentes alturas, os moradores começaram a acender velas, ou desciam para oferecer lanternas. Na porta de uma loja, um comerciante distribuía velas e fósforos. Édson Luís foi sepultado à luz de velas e de archotes improvisados - e ao som do Hino Nacional cantado pela multidão. (VENTURA, 1988, p.67)

Os jornais, no dia seguinte, protagonizaram uma verdadeira comoção ao ocorrido. Era a primeira vez que a opinião pública se sensibilizava a favor da luta estudantil. Foi também a primeira morte em confrontos entre revolucionários e militares. Édson Luís se tornou o mártir para eclosão de diversas manifestações. Inclusive, em sua missa de sétimo dia, novos episódios de violência foram travados. A população, ainda assim, mantinha-se esperançosa em não presenciar tragédias como esta, mesmo com movimentos rebeldes se espalhando por todo país. Entretanto, ainda estaria por vir a *Sexta-feira sangrenta*, o qual, segundo Ventura (1988), foi a gota d’água para despertar o ódio da classe média.

A penúltima semana de junho de 68 havia começado agitada. Protestos, manifestações e fortes repressões policiais eram noticiadas. Porém, foi no dia 20, quinta-feira, em uma assembléia no Teatro de Arena da Faculdade de Economia, na Praia Vermelha, que começou a queda da popularidade do regime. A concentração estudantil, que foi a reitoria em busca de uma reforma universitária, terminou o dia massacrada. As publicações dos jornais no dia seguinte divulgaram a repressão por parte da polícia contra os jovens. As fotos, tidas como hediondas na época, logo despertariam a primeira reação popular a favor dos estudantes.

> Uma concentração estudantil na reitoria da UFRJ, na Praia Vermelha, no dia 20, terminou com cerca de 400 estudantes presos e humilhados no campo do Botafogo. As cenas das prisões e dos maus-tratos aos estudantes, que sofreram espancamentos, agressões sexuais, xingamentos e ameaças de fuzilamento, provocaram revolta em todo o país. (ZAPPA e SOTO, 2008, p. 140)

Naquela sexta-feira, dia 21 de junho, segundo Ventura (1988, p.88), "os cariocas amanheceram com as mãos trêmulas" após ver as notícias. Ao mesmo tempo, a resistência já estava nas ruas, arremessando pedras nos vidros da embaixada dos Estados Unidos, ao som do discurso de Vladimir Palmeira. A entrada do DOPS, da Polícia Federal e da Militar, munidos com bombas de gás lacrimogêneo e fuzis, segundo o autor, atiravam para matar. O que as autoridades não esperavam - nem os estudantes - era a participação popular. Dos prédios, moradores jogavam objetos em direção a polícia, sendo desde vasos de plantas até máquinas de escrever. O povo lutou contra a repressão nas ruas por quase dez horas. O resultado: 23 pessoas baleadas, quatro mortas, inclusive um PM, atingido por um tijolo jogado de um edifício, 35 soldados feridos a pau e pedra, seis intoxicados e 15 espancados pela polícia.

O episódio, que ficou conhecido como *Sexta-feira sangrenta*, havia preparado a população para o dia 26, quando aconteceria a Passeata dos Cem Mil. Enquanto isso, o movimento estudantil preparava toda articulação política para evitar que a última sexta-feira se repetisse. Apoio de intelectuais, artistas e jornalistas agitaram as massas, mas era necessário falar com o governador. A proposta da manifestação, segundo Ventura (1988), era ser representativa, organizada e autorizada pela polícia. Hélio Pellegrino, junto com mais trezentos artistas, escritores e cineastas, foi escolhido como representante para falar, um dia antes da Passeata, com Negrão de Lima. Pressionado com os acontecimentos da última semana, o político autorizou e garantiu a retirada policial das ruas para o dia seguinte.

As surpresas não pararam por aí. Na véspera da manifestação, a organização recebeu a notícia da adesão do grupo dos professores, da Igreja e das mães. Tudo fluira bem para um dos grandes marcos históricos do Rio de Janeiro. Assim, a Praça Floriano Peixoto, no Centro da cidade, às 11h55min do dia 26 de junho de 1968, amanheceu já ocupada por 50 mil pessoas. Os discursos começaram com a chegada do líder estudantil Vladimir Palmeira e, aos poucos, líderes de outros grupos foram falando. Dona Irene, por exemplo, representante das mães, discursou pelos seus filhos massacrados, denunciando as agressões da polícia. No total, foram duas horas de apresentações, fazendo a concentração coincidir com a hora do almoço e, logo, atraindo mais pessoas.

> As pessoas iam chegando como nos últimos tempos só chegavam ao Maracanã ou aos desfiles de escolas de samba: em grupos alegres, aos poucos, carregando cartazes com palavras de ordem que identificavam os setores - professores, bancários, estudantes secundários e universitários, mães, garis, engenheiros, arquitetos, médicos, padres. (VENTURA, 1988, p. 101)

Às 13h55min, quando a Passeata começou se locomover, a Cinelândia já estava ocupada por 100 mil pessoas. O movimento, que, segundo Ventura (1988), foi uma verdadeira comunhão de classes, seguiu até a

Candelária com palavras de ordem, como: "Viva o mártir da nossa libertação!"; "Jornalistas contra a ditadura"; "Calar a mocidade é violentar as nossas consciências" e “abaixo a ditadura”. Das janelas dos edifícios eram jogados papéis picados. Na rua, desfilavam todas as celebridades, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Clarice Lispector, Nana Caymmi, Odete Lara, Norma Blum, etc. No entanto, a ala que mais chamou atenção, para o autor, foi a do clero. Composta por 30 padres e freiras, todos mantiveram-se unidos durante a manifestação.

A Passeata terminou às 16h55min, após atravessar a Presidente Vargas, rua Uruguaiana, Sete de Setembro, Largo da veri Misericórdia e terminar na Praça Tiradentes. A marcha, para Zappa e Sota (2008), simbolizou a unificação da luta dos estudantes e das diversas camadas descontentes da sociedade com o objetivo único de libertar o Brasil do regime militar instaurado desde 1964. Entretanto, com a decreto do AI-5, em dezembro de 1968, que proibiu as manifestações populares, o movimento estudantil enfraqueceu, voltando apenas em 1977. Ainda assim, a Passeata havia despertado um espírito comportamental totalmente novo.

> O mundo não mudou como se queria. Sonhava-se com a liberdade sem limites, o socialismo de rosto humano, a cidadania solidária, a justiça social, o fim de todo tipo de discriminação e repressão e a paz para se viver todos os amores. Muitas dessas utopias ficaram para trás como desejos singelos. Mas foram muitas as revoluções comportamentais que nasceram do espírito de 68, varrendo, quiçá para sempre, muitos tabus e preconceitos, inventando uma nova estrutura familiar e forçando a mudança no modo de se ver o outro e o mundo. A ecologia, a liberdade sexual, a afirmação do desejo, os valores progressistas que humanizam a sociedade vêm daqueles tempos. (ZAPPA e SOTO, 2008, p. 312)

A herança das contestações contra o autoritarismo e as lutas a favor da liberdade e do humanismo foram eternizadas na história. Nesta parte, é essencial o trabalho da imprensa, já que é responsável pela representação da realidade e pela formação de opinião dos leitores, tornando-se, assim, um fator importante para construção da história. Como esperado, no dia seguinte, diversos periódicos da época publicaram edições apresentando suas visões sobre o ocorrido no Centro do Rio de Janeiro, contribuindo, cada um individualmente, para a construção histórica da Passeata dos Cem Mil.

Reportagens da Imprensa

Neste tópico e no seguinte, será apresentada a parte da análise das reportagens sobre a Passeata dos Cem Mil. Publicações do dia 26, 27 e 28 de junho de 1968 dos periódicos de maior vendagem na época, no caso O Globo e Jornal do Brasil, foram as escolhidas. Cada data corresponde respectivamente ao dia da manifestação e aos dois dias posteriores a ela. Como a autorização pelo governador Negrão de Lima foi conferido somente na noite do dia 25, os impressos deste dia não chegaram a noticiar nada sobre. O objetivo é pesquisar como os jornais da grande mídia reportaram um dos movimentos mais significativos contra a ditadura, já que, como mostrado no capítulo anterior, os tradicionais quase que de forma unânime apoiaram o Golpe de 64.

O Globo

Na capa da edição nº 12.924, do dia 26 de junho de 1964, do jornal O Globo não há muito espaço reservado para a Passeata, embora fosse o dia do movimento. No canto superior esquerdo vem a informações dentro de um box: “Negrão legaliza Passeata. Exército de prontidão”. Ao lado, o título em destaque traz a atenção para a chamada na qual notícia sobre a reforma no ensino providenciada pelo governo. As declarações do Ministro da Educação, Tarso Dutra, confirmam a preocupação das autoridades sobre o setor estudantil. “Mais uma vez o estudante brasileiro estará presentes nas preocupações governamentais, como centro de especiais atenções na reforma administrativa”. O Ministro diz ainda convocar mestres e legítimas expressões da cultura brasileira, além de garantir a mobilização de todas as forças da Nação.

5. Considerações Finais

O jornalismo, de fato, é um atuante político dentro da sociedade. Embora tal característica choque-se com uma das doutrinas da ética jornalística, a imparcialidade, não há como ser evitado. A seleção dos acontecimentos, a localização das matérias dentro da edição, a escrita, a escolha dos entrevistados, o ponto de vista sobre a realidade são comportamentos subjetivos da profissão, que, mesmo inconscientemente, o jornalista como ser humano produz.

Entretanto, existe uma grande diferença quando as atitudes são tomadas propositalmente, visando o benefício pessoal ou empresarial. Tal conduta teima a se repetir dentro do jornalismo tradicional, produzido pela grande mídia. Como são empresas de nome, representando um alto índice de credibilidade entre os leitores, deveriam, em contrapartida, ser as primeiras a cumprirem com o dever da ética, veracidade e imparcialidade.

Após a análise realizada por esta monografia, conclui-se que este não é o praticado. O jornal O Globo, que em 1968 já possuía um pouco mais de 40 anos de tradição, pôs seus valores, crenças e interesses financeiros acima do papel de informar à população sobre o que realmente significava os militares no poder. Comemorou o Golpe de 64, acobertou desaparecimentos, tentou esconder a crise econômica e se posicionou diretamente contra os movimentos populares de oposição, divulgando falsas teorias conspiratórias.

O Jornal do Brasil, por sua vez, mostrou-se mais coerente. Embora em 1964 também tenha apoiado o golpe, chamando-o de Movimento Militar de 64, em 1968 o periódico iniciou a transição para mudar de lado. O erro não foi apagado, mas diferente do O Globo, com o endurecimento da ditadura, o Jornal do Brasil foi deixando de acobertar os militares. Os editoriais se encarregaram de criticar o governo, enquanto as matérias divulgavam a violência das forças armadas e davam voz aos estudantes e à oposição.

Foi preciso a redação sentir a censura se intensificando para o jornal tomar uma atitude. Mas, enquanto isso não acontecia, a população era manipulada pelos dois principais impressos da época a favor de um governo que vinha na contramão de toda a evolução social e cultural conquistada até então. Direitos humanos, direito à comunicação, direito ao voto, artes e livre expressão foram algumas das vítimas do regime. A democracia foi a principal.

O total desconhecimento de alguns na época, hoje, ainda causam danos. Em 2018, cinquenta anos após a Passeata dos Cem Mil, há manifestações pró intervenção militar. A parcela de culpa pode ser dividida entre o jornalismo tradicional, que por meio da sua interferência na reprodução da realidade, danificou o processo de construção da histórica na vida de muitos cidadãos. O Globo e o Jornal do Brasil eram, e ainda são, formadores de opinião e seu dever era estar ao lado do povo.

Muitos podem levantar a (auto)censura, as prisões e as torturas na tentativa de justificar a atitude da grande mídia. No entanto, surge o jornalismo alternativo como resposta de que era possível fazer da profissão uma linha de frente contra o autoritarismo. O Pasquim, com muito humor, e opinião, esbanjando intelectualidade, é prova de um jornalismo de resistência. Ambos marcaram a história, porém não somente por terem revolucionado o fazer jornalístico, mas por representarem uma população que estava oprimida e temerosa.

Ser revolucionário é questão de escolha. Se posicionar, também. O jornalismo pode sim ser debilitado com a doutrina ética da imparcialidade, mas acima desse dever, o jornalista deve ter um compromisso maior com o bem-estar da população. Matérias e reportagens são reservadas para caráter informativo, apenas. Mas e os editoriais? Por que não fazer deles um espaço de ação voltada à conscientização dos seus leitores? Para assim, de maneira positiva, poder contribuir para a formação de mentes críticas, responsáveis e atuantes dentro da sociedade.

Referências

BARBOSA, Marialva - **História Cultural da Imprensa - Brasil: 1900-2000** - MAUAD Editora Ltda., 2007

BESAGIO, Natália - **Imprensa alternativa e desbunde:** o Pasquim, a contracultura e os movimento de esquerda nos “Anos de Chumbo” - (PPGHIS/UnB) N°. 27, Brasília, Ago - Dez 2015 ISSN 2316 - 1191

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa - **Cultura e participação nos anos 60** - Editora Brasiliense, 1982

CASTELLS, Manuel - **Redes de Indignação e Esperança:** Movimentos Sociais na era da internet - Zahar, 2012

COSTA, Edwaldo - **Meia Culpa: O Globo e a ditadura militar** - Editora Insular, 2015

HOBSBAWM, Eric - **A Era dos Extremos** - Companhia das Letras, 1994

KUCINSKI, Bernardo - **Jornalistas e Revolucionário** - Editora Página Aberta Ltda., 1991

KURLANSKY, Mark - **1968: O ano que mudou o mundo** - Editora José Olympio, 2004

PIMENTA E SILVA, Marcelo - **A contracultura e a imprensa alternativa:** revolução social através da informação - Revistas de Artes e Humanidades, N. 6, Mai-Out 2010

MAGNOLO, Talita; PEREIRA, Aline - **O papel desempenhado pelo jornal O Globo ao golpe de 64** - XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Salto - SP – 17 a 19/06/2016

RIBEIRO, Belisa - **Jornal do Brasil:** História e Memória - Record, 2016

TAVARES, Frederico - **Entre a realidade jornalística e a realidade social:** o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano - Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012

THIOLLENT, Michel - **Maio de 68 em Paris:** testemunho de um estudante - Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2); 63-100, outubro de 1998

VENTURA, Zuenir - **1968: O ano que não terminou** - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988

ZAPPA, Regina; SOTO; Ernesto - **1968: Eles só queriam mudar o mundo** - Zahar, 2008

A HISTÓRIA DO JORNAL O PASQUIM; **Produção: TV Câmara**. Rio de Janeiro: STEFANELLI, 2004. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=K_fgG3rATCU&t=136s